

A IMPORTÂNCIA DA BELEZA NA PERSPECTIVA FILOSÓFICA DE ROGER SCRUTON

ARTHUR HENRIQUE SILVA VARANDA¹

TALITA GARCIA²

RESUMO

O presente artigo realizou uma abordagem filosófica sobre o tema da beleza e sua importância para o mundo atual. A partir do pensamento do filósofo Inglês, Roger Scruton, refletiu-se a beleza em suas diversas dimensões, levando em conta a atual relativização no modo de enxergá-la e como tal problemática afetou os seres racionais. Para Scruton, o juízo da beleza é diretamente ligado à força racional dos sujeitos, de forma objetiva e universalmente relevante. O abandono da busca pela beleza, seja na arte ou em outras expressões, é responsável inclusive pela crise das humanidades, afinal, qual o objetivo de estudar a tradição intelectual se tudo depende de um gosto particular ou do mero olhar subjetivo do indivíduo? Dessa forma, o objeto geral do estudo foi compreender a importância da beleza na perspectiva de Roger Scruton e os objetivos específicos foram discutir e diferenciar os juízos estéticos, comparando a subjetividade e objetividade em relação aos mesmos, descrever os tipos de beleza para Scruton e explicar o conceito de fuga em relação à beleza, com suas causas e consequências. Como metodologia, foi utilizado o método dedutivo, para a construção do artigo e técnica de pesquisa bibliográfica, para coleta de informações e conceitos. Por fim, o artigo foi concluído sem a pretensão de descrever um conceito único de beleza, mas buscou-se compreender a importância de sua busca, sendo esta relacionada em certa medida à busca por sentidos, sem os quais o mundo não seria um verdadeiro lar, capaz de acolher todos os seres racionais.

Palavras-chave: Beleza. Estética. Juízo. Arte. Sentido.

ABSTRACT

The present article has realized a philosophical approach on the theme of beauty and its importance for the current world. From the thinking of the English philosopher, Roger Scruton, beauty was reflected in its various dimensions, taking into account the current relativization in the way of seeing it and how this problem affected rational beings. For Scruton, the judgment of beauty is directly linked to the rational strength of the subjects, in an objective and universally relevant way. The abandon of the search for beauty, whether in art or in other expressions, is also responsible for the crisis of the humanities, after all, what is the purpose of studying the intellectual

¹ Graduando do curso de Bacharelado em Filosofia do Centro Universitário Salesiano – UNISALES. E-mail: ahsvaranda@gmail.com.

² Graduada em Filosofia pela Universidade São Judas Tadeu (2004). Mestra em História Social pela Universidade de São Paulo (2008). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (2015). E-mail: tgarcia@souunisales.com.br.

tradition if everything depends on a particular taste or on the mere subjective perspective of the individual? Thus, the general object of this study was to understand the importance of beauty from the perspective of Roger Scruton and the specific objectives were to discuss and differentiate aesthetic judgments, comparing subjectivity and objectivity in relation to them, to describe the types of beauty for Scruton and explain the concept of escape in relation to beauty, with its causes and consequences. As methodology, the deductive method was used to construct the article and bibliographic research technique, to collect information and concepts. Finally, the article was concluded without the intention of describing an unique concept of beauty, but it sought to understand the importance of its search, which is, to some extent, related to the search for meanings, without which the world would not be a true home, capable of welcoming all rational beings.

Keywords: Beauty. Aesthetic. Judgment. Art. Sense.

1. INTRODUÇÃO

Enquanto as demais ciências preocupam-se em fazer recortes da realidade, a filosofia, sendo considerada a mãe de todas as outras, busca uma visão responsável e abrangente sobre todas as coisas. Dentro do campo filosófico, o tema de beleza é estudado pela estética, considerada pelo Grande Dicionário Etimológico Prosódico da Língua Portuguesa (BUENO, 1965), “filosofia da arte” ou “filosofia do belo”.

Desde a antiguidade até os dias atuais, o belo foi, não apenas buscado, mas retratado em diferentes aspectos, seja na arte, na arquitetura, no cotidiano da vida ou no próprio ser humano. Sua importância não havia sido questionada, ao menos até o fim da idade moderna e início da idade contemporânea, momento em que o fundamento sobre o juízo do belo torna-se mais subjetivo do que objetivo (SCRUTON, 2016).

A partir disso, analisando, sobretudo a filosofia contemporânea, o jornalista e filósofo Roger Scruton em seu livro “Beleza”, propôs realizar uma abordagem filosófica sobre o tema, sem utilizar-se de uma perspectiva histórica ou psicológica, como o mesmo retrata em seu livro. Segundo o autor, a beleza possui a capacidade de ser reconfortante, perturbadora, sagrada e profana, podendo revigorar, encantar, inspirar e até mesmo atemorizar. De uma forma ou de outra, em suas diversas dimensões, ela afeta aquele que a percebe, ainda que, em especial nas últimas décadas, esta percepção esteja de alguma forma, desaparecendo do mundo pra dar lugar a conceitos puramente subjetivos (SCRUTON, 2016).

Em decorrência do relativismo causado pelo olhar meramente subjetivo, cresceu nos

últimos séculos, certo desprezo sobre os juízos da beleza. Segundo tal visão, gosto nenhum poderia ou pode ser criticado ou comparado, não havendo fundamentos racionais para fazê-lo. Qual seria então a diferença entre o “David” de Michelangelo, de 1504, e a obra “A fonte” (o urinol) de Michael Duchamp, de 1917? A beleza estaria então no olhar daquele que vê e julga ou no próprio objeto, como acreditavam filósofos como Aristóteles e Tomás de Aquino?

Para Scruton, sem o rigor do juízo estético, os estudos da arte, música, literatura e arquitetura não estariam mais ancorados na tradição e técnica que eram cruciais no currículo dos grandes nomes de tais áreas. Dessa forma não haveria motivo de se estudar tal herança cultural, ou caso se estude, deveria fazê-la de forma cética, questionando toda pretensão à autoridade objetiva e desconstruindo sua postura transcendente (SCRUTON, 2016).

Dessa forma, o presente trabalho se propôs a discutir se existe importância na beleza, manifestada em suas diversas dimensões, a partir de uma síntese da filosofia de Roger Scruton, de forma especial em seu livro “Beleza”, publicado pela primeira vez no ano de 2009.

O objetivo geral foi compreender a importância da Beleza segundo a perspectiva de Roger Scruton e os objetivos específicos foram diferenciar os tipos de juízos em relação beleza em suas respectivas manifestações, comparar a subjetividade e objetividade em relação ao juízo do belo, descrever os tipos de beleza para Scruton, apontar e explicar o conceito de fuga em relação a beleza, com suas causas e consequências, proposto por Roger Scruton e por fim objetivar a importância da beleza.

Foi utilizado para construção do artigo o método dedutivo, que, segundo Gil (2008), “parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica”. A técnica de pesquisa utilizada foi a bibliográfica, que, segundo Vergara (2010, p. 43), “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”, assim como a documental, que diz respeito “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 174).

2. A IMPORTÂNCIA DA BELEZA

2.1. O JUÍZO ESTÉTICO

Com o objetivo de desenvolver um raciocínio sólido, dialogando com diversos pensadores a cerca do tema da beleza, Roger Scruton (2016) iniciou seu ensaio abordando a questão do juízo estético em sua dimensão conceitual. Para tal abordagem e considerando que todas as categorias ontológicas conhecidas possuem a beleza como uma de suas propriedades, partiu do seguinte questionamento: Como uma mesma propriedade pode ser sustentada por elementos tão diversos?

Para refletir a questão, Scruton (2016) observou que as demais propriedades ou classificações, costumam estar ligadas ao sentido metafórico, impedindo assim uma utilização de forma ampla. Ao fazer-se uso da linguagem metafórica, faz-se uma comparação entre uma realidade e associação imaginativa do sujeito. Ao julgar a beleza de algo, porém, o mesmo não ocorre, pois, a utilização do termo sempre refere-se a um aspecto da realidade em si mesma, daquilo que foi observado.

Por essa razão, como afirmou Scruton (2016), o juízo estético não deve ser simplificado, diminuído ou comparado com os demais juízos conhecidos. Trata-se de uma categoria complexa, abordada e buscada desde os primórdios, não apenas da história filosófica, mas da história da humanidade, que não deve ser analisada pela experiência que sugere, mas a propriedade em si (SCRUTON, 2016).

Para compreender a complexidade do juízo estético, fez-se necessário utilizar-se da teoria platônica, considerando sua relevância filosófica, para compreender em que medida e se realmente há possibilidade do juízo da beleza associar-se com os conceitos da verdade e do bem. Dessa forma, afirmou Scruton (2016, p. 12)

Existe uma ideia encantadora sobre a beleza que remete a Platão e Plotino e que foi incorporada ao pensamento teológico cristão. Segundo ela, a beleza é um valor supremo que buscamos por si só, sem ser necessário fornecermos qualquer motivo ulterior. Desse modo, a beleza deve ser comparada à verdade e à bondade, integrando um trio de valores supremos que justifica nossas inclinações racionais.

Em suma, a doutrina platônica dos princípios primeiros e supremos, estabeleceu a beleza em um mesmo plano dos princípios da verdade e do bem (REALE; ANTISERI, 2017). Para justificar suas crenças e desejos, o sujeito deveria ancorar sua razão no verdadeiro e no bom. Apesar da real contribuição à posteridade, seria

possível racionalmente sustentar esta relação para assim compreender melhor o juízo estético?

Sobre a controversa, Scruton (2016, p. 13) traçou o seguinte raciocínio:

Alguém que se veja encantado por determinado mito pode se sentir tentado a crer nele; nesse caso, a beleza é inimiga da verdade. Um homem atraído por uma mulher pode sentir-se tentado a perdoar seus vícios, e nesses caso a beleza é inimiga da bondade (cf. Abade Prévost, Manon Lescaut, em que a ruína mora do Cavaleiro des Grieux é causada pela bela Manon). [...] O amor, os mitos, às histórias e aos rituais, a necessidade de consolo e harmonia, uma profunda ânsia pela ordem – tudo isso atrai pessoas a crenças religiosas, independentes de essa serem verdadeiras ou não.

Considerar então, a beleza como valor último, segundo o raciocínio citado, é questionável. O mesmo parece não ocorrer entre a bondade e a verdade, que, apesar da abordagem metafísica feita por Platão, pode ser interpretada também por um ponto de vista imanente (SCRUTON, 2016).

A teoria platônica, aparentemente, não é capaz de comunicar ao pensador moderno, como outrora comunicara aos antigos, no contexto histórico em que a ideia do absoluto permeava a filosofia e a cultura. O processo de independência intelectual, que de certa forma emancipou o sujeito do contexto religioso, parece também ser responsável pela saturação da antiga forma de pensar o mundo, e, dessa forma, do antigo juízo estético.

A fim de prosseguir sua análise sobre o juízo estético e fazendo uso de alguns chavões, Scruton (2016) descreveu um importante conceito: a beleza mínima. Ao perguntar-se se é possível diferenciar em escala de grandeza a beleza de algo, o filósofo apontou existir belezas mais e menos elevadas.

Sobre o conceito, escreveu Scruton (2016, p. 21):

Não obstante, essas belezas mínimas são muito mais importantes para nossa vida cotidiana do que as grandes obras que (se tivermos sorte) ocupam nossas horas de lazer; elas têm uma participação muito mais complexa em nossas decisões racionais. Fazem parte do contexto que vivemos, e nosso desejo de harmonia, adequação e civilidade encontram nelas expressão e confirmação. Além disso, a beleza das grandes obras da arquitetura muitas vezes depende do contexto humilde que essas belezas inferiores viabilizam.

Ainda que, as belezas consideradas maiores, como a manifestada no heroísmo estético no “Êxtase de Santa Tereza”, de Bernini, sejam alvo do pensamento da maioria, Scruton (2016) defendeu que as belezas menores são as mais importantes para a vida cotidiana. Afinal, são elas que cercam o indivíduo comum e em certos

casos, como na arquitetura, são responsáveis inclusive por enobrecer as maiores. Através do que se adequa, ao em vez de se destacar, que inclusive é objetivo do urbanismo, evita-se a poluição visual e a agressão ao senso de adequação.

2.1.1 A beleza e o utilitarismo

Scruton (2016) acreditou haver na contemporaneidade, uma espécie de afastamento ou rejeição da beleza, processo pelo qual o juízo estético foi diretamente afetado e relativizado. Entre os motivos geradores deste processo, pode-se pensar no advento da doutrina utilitarista atual, que permeia a indústria cultural e suas formas de percepção da beleza. Sobre tema, descreveu Scruton (2016, p. 26):

Não apreciamos as coisas belas apenas por sua utilidade, mas também pelo que são em si mesmas. [...] Apenas quando nosso interesse é completamente arrebatado por algo tal qual ele se mostra à nossa percepção é que começamos a falar de sua beleza, não importando o uso que lhe possa ser dado.

Na medida em que a preocupação com beleza é deixada de lado, em detrimento do mercado, pode-se compreender a influência utilitarista sobre o juízo estético; a arquitetura já não se preocupa em adequar suas construções com o ambiente, mas apenas em como cumprirá determinada função, afetando a beleza arquitetônica, natural e cotidiana; a indústria musical transformou suas obras em produtos, repetitivos em suas formas e vazios em seu conteúdo; a arte por sua vez, ou também é vendida como um produto repetido ou como conteúdo moralizante, sem a preocupação com sua forma. De uma forma ou de outra, a atualidade fluida, vendida ao mercado, ao que é útil, parece distante daquele passado que por sua busca pela beleza em si, foi capaz de sobreviver ao juízo do tempo.

A partir do avanço industrial, a importância dispensada ao que não é útil tornou-se perda de tempo e de dinheiro. Seguindo esta lógica, qual seria o valor atual, atribuído ao esforço de Michelangelo ao imprimir sua arte no interior da Capela Sistina durante quatro longos anos (1508 a 1512), se considerarem que um espaço todo em branco seria da mesma forma suficiente para, por exemplo, uma celebração religiosa?

A doutrina utilitarista foi fundada por Jeremy Bentham, conforme observado por Sandel (2017, p.48):

Bentham, filósofo moral e estudioso das leis, fundou a doutrina utilitarista. Sua ideia central é formulada de maneira simples e tem apelo intuitivo: o

mais elevado objetivo da moral é maximizar a felicidade, assegurando a hegemonia do prazer sobre a dor. De acordo com Bentham, a coisa certa a fazer é aquela que maximizará a utilidade.

A estética, se submetida ao utilitarismo, fracassará em sua missão de fazer filosofia a partir da beleza. Os objetos úteis frequentemente são descartáveis, esquecidos ou abandonados, pois são pensados enquanto meio para algo, e, caso este algo já não seja mais necessário, o meio também não será. Por outro lado, o que foi projeto para ser belo em si, ainda que inútil, após anos é capaz de permanecer de pé e objeto de contemplação, como a obra de Michelangelo.

2.1.2 A beleza e os sentidos

Para compreender o juízo estético, Scruton (2016) levou em consideração a análise do fato sensorial, a fim de entender se trata-se de um deleite sensorial ou intelectual. Para a discussão, o autor dialogou com teoria Kantiana, na qual possui grande relevância ao seu pensamento, ainda que em certos momentos tenha discordado em certos aspectos. A experiência do belo no ponto de vista kantiano é aquilo que agrada imediatamente e sem conceitos, como observado por Jairo Dias de Carvalho (1997, p.100):

Julgo um objeto belo mediante uma satisfação que não se chega nem à sua existência, nem à sua utilidade e nem a um interesse prático na sua realização. A satisfação é um modo de ajuizamento que, quando desinteressado, tem como predicado a beleza. Esta nomeia um prazer que sentimos, uma determinação da receptividade do ânimo como prazer.

Scruton (2016) faz uma distinção entre os prazeres sensorial e intelectual, para poder encontrar o lugar da beleza neste contexto. Entende-se por prazer sensorial, um banho quente em um dia frio; já um prazer intelectual, pode advir da solução de um enigma matemático. Segundo Scruton (2016), entre as duas formas, existem inúmeras posições intermediárias, como a ocupada pelo prazer estético.

Ao relacionar o senso da beleza unicamente ao prazer sensorial, torna-se impossível avaliar um sermão, uma teoria ou até mesmo um romance como belo. Diferente do deleite provocado ao experimentar um bom vinho ou um chocolate, o prazer da beleza tem como natureza a apresentação daquilo que é contemplado, e não a sensação. Os sentidos podem agir como intermediadores, ou seja, meios pelos quais toda construção do objeto é apresentada à mente (SCRUTON, 2016).

Por isso afirmou o autor “Quando nos referimos à natureza “estética” do prazer que advém do belo, é sua apresentação, e não sua sensação, o que temos em mente”. (SCRUTON, 2016, p. 35).

Não há dúvidas em relação atração que objetos belos exercem sobre o ser humano, assim como outras fontes de deleite, porém, afirma Scruton (2016, p.39) que, “a beleza não é fonte do prazer desinteressado, mas apenas o objeto de um interesse universal: o interesse que temos pela beleza e pelo prazer que ela nos propicia”.

O prazer referente à beleza é então, intencional e contemplativo, plenamente integrado à vida da mente (SCRUTON, 2016). É como “um dom oferecido ao objeto, que por sua vez é um dom oferecido a mim” (SCRUTON, 2016, p. 40).

Para Kant então, os juízos estéticos apesar de universais, são subjetivos, pautados na experiência imediata daquele que os emite. Scruton (2016), apesar de perceber a teoria Kantiana como controversa e discordar de tal subjetividade, vê nela um ponto de partida para discussão do tema, concorda com a universalidade do juízo e com a ideia da experiência da beleza ser por sua vez, uma prerrogativa dos seres racionais (SCRUTON, 2016).

Dessa forma, Scruton (2016) encerra pequenas conclusões a cerca do juízo estético, para compreender os lugares onde a beleza se manifesta e qual sua importância para a vida individual e coletiva.

2.2 OS TIPOS DE BELEZA

A sistematização feita por Scruton (2016) separou a beleza em quatro tipos, que se desmembram em diversas áreas e reflexões. São estes: a beleza humana, enquanto objeto de desejo, a natural, enquanto objeto de contemplação, a cotidiana, enquanto objeto da razão prática e a artística, enquanto objeto de gosto.

2.2.1 A beleza humana, enquanto objeto de desejo

A compreensão do desejo sexual é fundamental dentro da discussão da beleza humana. Para a abordagem, Scruton (2016) utilizou-se da teoria platônica sobre o amor, para assim chegar ao conceito da corporificação.

Segundo Reale e Antiseri (2017), Platão descreveu o amor como contendo caminhos que são capazes de conduzir o sujeito ao bem, porém só é um “verdadeiro

amante”, aquele que sabe percorrer todos os graus de bem até o fundo, alcançando assim a suprema visão do que é belo. Já em seu grau mais baixo, estaria o amor físico, que seria o desejo por possuir o corpo belo, com intuito de assim gerar no belo, outro corpo, correspondente ao desejo pela imortalidade.

Tomando a teoria platônica, Scruton afirmou (2016, p.55):

A beleza nos convida a olhar para o objeto individual a fim de saborearmos sua presença. Além disso, essa atenção dispensada ao que é individual preenche a mente e as percepções do amante. [...] o eros não é um impulso, mas uma seleção, um olhar prolongado do eu para eu, que ultrapassa os anseios dos quais ele se origina e toma seu lugar entre nossos projetos racionais.

No centro do desejo sexual, haveria a tentação em transferir o interesse da pessoa, para seu corpo, na intenção de transformar um indivíduo, antes livre, em um mero instrumento de prazer. Ao compreender este raciocínio, é possível perceber uma distinção entre o interesse no corpo de uma pessoa e na pessoa corporificada.

Mas o que seria uma pessoa corporificada? A palavra corporificação, refere-se a atitude de tornar concreta uma ideia abstrata, encarnando de forma física algo de certa forma intangível. No campo estético, o conceito é utilizado justamente para descrever a beleza que está além do corpo humano.

Assim escreve Scruton (2016, p.56):

O corpo é uma mistura de partes corporais; a pessoa corporificada é um ser livre que se revela na carne. Quando falamos de um corpo humano bonito, estamos nos referindo à bela corporificação de alguém, e não a um corpo considerado apenas corpo.

Dentro do aspecto humano, este conceito é a base para encontrar o lugar da beleza dentro desta dimensão, pois seguindo-o, considera-se a pessoa em sua integralidade, apesar das diversidades entre culturas e gerações.

Scruton (2016) encontra a universalidade desta dimensão, ao perceber a boca e os olhos, considerados como “janelas da alma”. Um cirurgião poderia simplesmente enxergar de forma fisiológica, porém um olhar filosófico ou até mesmo sociológico revela padrões íntimos do ser, manifestados em diversas circunstâncias.

Um beijo entre dois amantes, não se trata simplesmente da compressão de duas aberturas corporais, mas da movimentação do eu ao outro, de um convocar do outro a si. Por essa razão, há certas etiquetas sociais que dizem respeito do ato de comer, ou portar-se, não como meio de elitizar o individual, mas em conservar a boca como

este canal para alma. Da mesma forma os olhos, são capazes de revelar o mais íntimo do indivíduo, ainda que as demais partes do corpo digam o contrário. A negação da corporificação revela-se na obscenidade, afirma Scruton (2016), que comumente causa enjoo, pois se trata do obscurecimento da pessoa por seu corpo.

Outro aspecto sobre a beleza humana é revelado ao referir-se a uma alma como bela. Alma aqui é entendida enquanto sinônimo de virtude, que no ser corporificado, manifesta-se como objeto de contemplação.

É comum encontrar na história filosófica ou literária, a menção sobre a beleza das almas, representando a individualidade do sujeito a qual em algum momento, ao tornar-se importante para nós, é motivo de contemplação e deslumbramento. Michel de Montaigne afirma em seu livro Ensaaios (1818): “Belas almas são universais, abertas e prontas para tudo” (MONTAIGNE, 1818, p. 23). Já o Hegel, em Fenomenologia do Espírito, dedicou uma seção inteira à “alma bela”, ao analisar temas familiares ao romantismo literário de sua época.

Konrad Utz e Marly Carvalho Soares, afirmam em A noiva do Espírito – Natureza em Hegel (2010, p.415):

Segundo Hegel, a “bela alma” não pretende ser o universal na forma do conteúdo da ação efetiva, mas o universal na forma da contemplação e da pura reflexão sobre si mesma; por isso o modo que serve para manifestar essa consciência no mundo é a linguagem. Através da linguagem, a “bela alma” pretende alcançar o reconhecimento de si mesma como um universal. O que importa agora não é a ação, mas a certeza de estar em conformidade com a convicção, a certeza que emana da afirmação da pureza que subsiste em seu coração.

Tomando os filósofos anteriores que dissertaram sobre a alma bela, Scruton (2016 p.58-59) chega a seguinte conclusão sobre o assunto:

A alma bela tem ciência do mal, mas afasta-se dele em postura de clemência – clemência para com os outros, o que também é um ato de clemência para consigo mesma. [...] No momento em que outra pessoa se torna importante para nós, fazendo-nos sentir em nossa vida a atração gravitacional de sua existência, ficamos em certa medida deslumbrados por sua individualidade. [...] Se depositamos nosso amor e confiança naquela pessoa, se sentimos o conforto de sua companhia, nosso sentimento nesses instantes, se assemelha ao sentimento da beleza, cuja alma resplandece em seu rosto e seus gestos do mesmo modo como a beleza resplandece numa obra de arte.

Segundo Scruton (2016), a experiência do sagrado possui uma profunda ligação com a experiência da beleza, na medida em que ambas parecem ser universalmente humanas e associadas com a capacidade de questionar-se sobre as questões metafísicas.

O que é considerado como sagrado, torna-se em certa medida intocável, ou tocável apenas na medida em que realizam ritos de purificação. A dessacralização ou profanação acontece justamente pela mácula do sagrado.

A corporificação torna-se, nos locais, construções, artefatos, considerados sagrados, uma presença real projetada no mundo material. Isso significa dizer, que o que o sujeito transcendental é alcançável pela beleza humana, e essa experiência tem por sua vez, um impacto das coisas sagradas, daquilo que é mais facilmente profanável do que possuído (SCRUTON, 2016).

A beleza humana então, sacralizada na corporificação do outro, é contemplada, na beleza de um idoso, na inocência de uma criança, no respeito a virgindade e sacralidade da Virgem Santa, que com sua maturidade sexual, expressada através de sua maternidade, permanece intocada, como objeto de veneração, como a criança que carrega em seus braços (SCRUTON, 2016).

2.2.2 Beleza natural, enquanto objeto de contemplação

A beleza natural, segundo Scruton (2016), perpassa, aparentemente, por uma faculdade comum a todos os seres humanos, com juízos de força universal. A beleza natural está e sempre esteve a disposição de todos os tempos e culturas. Quando o domínio humano marca de forma indelével o ambiente natural, coloca-o por vezes em segundo plano. Este plano, porém, não o limita.

Aos objetos naturais, que são palpáveis, o deleite e juízo se dão forma semelhante às obras artísticas. As paisagens, porém, “estão muito longe das obras de arte: elas devem seu encanto não à simetria, à unidade e à forma, mas a uma abertura, uma magnificência e uma enorme expansividade em que nós somos o conteúdo, não elas”, afirmou Scruton (2016, p. 69).

Segundo Scruton (2016, p. 74):

A experiência da beleza natural não está na sensação de encantamento ou agradabilidade; ela traz consigo o consolo de ver que este mundo é um lugar certo e adequado – um lar em que nossas capacidades e possibilidades humanas são confirmadas.

A afirmação revela o sujeito como pertencente ao meio que o cerca, pela qual, o mundo torna-se um lugar capaz de acolher e abrigar a todos em uma perfeita

harmonia. Por outro, sua interferência egoísta, sem a perspectiva do meio que vive como lugar comum a todos, pode torna-lo inadequado e vazio de sentido.

O sentido e senso de adequação estão relacionados à experiência da beleza natural, pois a mesma, para Scruton (2016) possui um caráter transfigurador. A consciência encontra sua razão de ser na conversão do mundo exterior em uma dimensão interior. O mundo surge através do indivíduo e o mesmo surge diante da imensidão do mundo, porém não através de seu uso, mas por meio de sua apresentação.

Parece existir, entre a busca pelo sentido da vida com a experiência da beleza natural, uma relação profunda e presente em todos os seres racionais. Dessa forma, Scruton (2016) considera tal experiência, não relevante e presente apenas individualmente, mas, sobretudo, universalmente.

Segundo Scruton (2016), existe um encontro entre o sujeito e o próprio objeto, que considera a importância da reação do primeiro tanto quanto as qualidades do segundo. Para compreender as reações causadas por esse encontro, recorreu-se ao a filosofia de Burke e novamente a de Kant.

Edmund Burke (1993, p. 48-50-130), afirmou:

Tudo que seja de algum modo capaz de incitar as ideias de dor e de perigo, isto é, tudo que seja de alguma maneira terrível ou relacionado a objetos terríveis ou atua de um modo análogo ao terror constitui uma fonte do sublime, isto é, produz a mais forte emoção de que o espírito é capaz.[...] Chamo a beleza de uma qualidade social, porque toda vez que a contemplação das mulheres e dos homens, e não somente deles, quando a visão de outros animais nos proporciona uma sensação de alegria e de prazer. [...] Pois os objetos sublimes possuem dimensões muito grandes, ao passo que os belos são comparativamente pequenos.

Para o autor, o sublime foi associado ao medo, enquanto o belo ao amor. Diante da harmonia e serenidade na natureza, o indivíduo vivencia a beleza. Ao deparar-se com um precipício e perceber a majestade ameaçadora do mundo natural, contemplando sua pequenez, vivencia o sublime.

Já Immanuel Kant, em sua distinção dos mesmos conceitos, colocou o belo como o que incita o sujeito ao juízo de gosto, enquanto o sublime como o que coloca o homem à luz da infinidade assombrosa do mundo (SCRUTON, 2016), como descrito por Deleuze (1991, p. 58):

No sublime, o sujeito toma consciência desse poder da razão de ultrapassar toda a medida dos sentidos. Ao mesmo tempo, a natureza manifesta-se

indubitavelmente como uma potência superior a nós, mas perante a qual o espírito não deve se inclinar.

A partir dos conceitos analisados e das reações apontadas, é possível perceber o lugar no meio natural na experiência da beleza, enquanto objeto de contemplação do sujeito, capaz de afirmá-lo como pertencente de um lugar comum. Talvez este processo aponte, de alguma forma, ao contexto histórico das visuais, que como citado por Scruton (2016), por vezes utilizaram a natureza como matéria prima.

2.2.3 A beleza cotidiana, objeto da razão prática

O conceito de beleza mínima, descrito no capítulo primeiro, encontra aqui um lugar de destaque, pois como já apontado, faz parte do cotidiano do sujeito, muito mais que as belezas elevadas.

Para iniciar a reflexão, Scruton (2016) descreveu uma situação hipotética, em que, num contexto de decoração, durante a instalação de uma porta, o indivíduo que o faz, questiona-se se o resultado está bom. Para responder a questão, a funcionalidade não costuma ser o principal critério, pois, ainda que o caixilho ali inserido tenha cumprido todas as exigências, não há garantia que ficou bom. Possivelmente, para tal avaliação, o sujeito considerará a altura, a largura, a forma, a harmonia e adequação do objeto com a parede.

O mesmo raciocínio pode ser utilizado ao preparar a mesa para um jantar, ao vestir-se para uma festa, na arrumação da mesa de estudos ou ao arrumar o quarto pela manhã. Ainda que não haja utilidade alguma, há aparentemente um senso da chamada “estética da vida cotidiana”, responsável por mover o sujeito a dispor os pratos à mesa, a fim de que pareçam adequados para si e para os convidados, no vestir uma roupa que apresente-se adequada a ocasião, em arrumar a mesa de estudos ou a cama pela manhã (SCRUTON, 2016).

Os exemplos citados apontam uma relação entre a beleza e o senso de adequação. Certas regras, modos, padrões ou consensos cotidianos, parecem satisfazer uma inclinação natural do sujeito por adequar-se ao seu ambiente, como se houvessem formas certas para cada realidade.

A partir da estética cotidiana e tentando perceber a racionalidade neste contexto, Scruton (2016) faz uma analogia com o cantarolar de um pássaro. Este possui uma importante função no processo de seleção sexual da espécie. Não há nada no

comportamento dos pássaros comprove uma escolha racional da sequência melódica, ainda pareça, aos ouvidos humanos, uma música de fato (SCRUTON, 2016).

De acordo com Scruton (2016), a capacidade de julgar objetos por sua beleza é por sua vez faculdade única dos seres racionais, na medida em que, não encontram apenas uma entre as infinitas alternativas que se apresentam para realizar algo, mas buscam uma razão para fazê-lo. Aquele carpinteiro que escolheu o caixilho adequado para porta, escolhe-o por achar bom, julgando sua aparência e buscando nela uma justificativa.

O ato de escolher algo, por meio de sua aparência, trás consigo a necessidade de responder o porquê daquela escolha. Talvez a resposta menos arriscada, seria utilizando-se de comparações, buscando sentidos, costumes ou tradições que justifiquem aquela opção, e, dessa forma, reduzindo a redundância de suas escolhas.

A partir disso, foi descrito como estilo, segundo Scruton (2016, p.97): “o emprego repetido de formas, contornos, materiais, etc., e sua adaptação a usos específicos e a busca de um repertório de expressões visuais”.

Escolhido e justificado o uso do caixilho, há outro problema: o carpinteiro não será o único que terá uma opinião, mas outros que passarem por ali ou que futuramente comprarem aquele espaço, ficarão satisfeitos ou insatisfeitos. Este foi chamado por Scruton (2016) de “problema de coordenação”.

Uma primeira forma de resolver o problema é chegando a um acordo com todos os envolvidos. Porém na dificuldade de tal acordo, o problema poderia ser resolvido em longo prazo, na medida em que se rejeitam novas construções impopulares.

Segundo Scruton (2016, p. 98):

Assim, importantes pioneiros como Palladio sugerem formas e composições (a janela palladiana, por exemplo) que suscitam a aprovação espontânea dos outros, enquanto os urbanistas comuns fazem adaptações a partir do método de tentativa e erro. Ambos os processos implementam o vocabulário comum de formas, materiais e ornamentos. Nasce então uma espécie de discurso racional que tem como objetivo construir um ambiente partilhado em que podemos ficar à vontade e ver satisfeita a necessidade de que tudo pareça bom a todos. Esse aspecto estético-sua condição de guia de nosso ambiente comum, a qual é originada e motivada socialmente – é algo que vem sugerido por sua função de ser instrumento de eliminação das redundâncias.

Seria este talvez, o motivo do interesse em conhecer lugares considerados belos, onde a beleza do cotidiano foi pensada e planejada, seguindo um mesmo estilo que se adeque aquele lugar?

O momento em que um objeto reflete ao sujeito um interesse intrínseco, a aparência acumula significados. Não se desfruta da aparência simplesmente por aquilo que ela é, mas é feita uma interpretação do objeto como algo intrinsecamente significativo.

Por essa razão, escreveu Scruton (2016, p. 99-100):

Sempre que as pessoas tentam diminuir a redundância do raciocínio prático por meio da escolha de determinada aparência, elas também se mostram dispostas a interpretar essa aparência como algo intrinsecamente significativo e apresentar o significado nela descoberto mediante uma espécie de diálogo ponderado, cujo objeto é garantir certo grau de concórdia entre os juízos daqueles que estão interessados na mesma opção.

De acordo com Scruton (2016), as normas sociais, como o guardanapo dobrado, a flor na lapela, o jarro de vinho, incitam no observador uma experiência de reconhecimento, ao enxergar em cada detalhe um significado específico e um ordenamento.

Uma escolha estética cotidiana por determinado estilo, possibilita o sujeito um processo de autoconhecimento, ao compreende-se e adequar-se em um mundo de significados. Este fenômeno, é apontado por Hegel como “projeção exterior”, como afirmou Marcio Tadeu Girotti (2010):

Como é possível perceber, a razão, em Hegel, é toda a realidade sem o dualismo kantiano entre fenômeno e coisa em si, uma vez que o que se conhece é a própria coisa, pois, o Espírito se exterioriza na natureza e volta a si com a compreensão de si mesmo através de um outro de si diferente de si, mas que guarda algo de si mesmo reconhecido no outro.

Nessa projeção, compreendendo o outro e reconhecendo a si mesmo no outro, a escolha de um estilo tem fundamental importância, pois oferece de certa forma, uma garantia de aprovação alheia por suas escolhas estéticas. Estas escolhas refletem-se na moda, enquanto expressão de um estilo empregado que comunicam algo em relação a si (SCRUTON).

“A moda nasce da imitação”, afirma Scruton (2016, p. 102), sendo resultada ou de “mão invisível”, que origina os demais costumes populares e as boas maneiras ou pela influência de lideranças, que definem roupas, penteados e linguagens, como foram os Beatles em sua época. Independente de sua origem, não há dúvidas em

afirmar que o pensamento estético cotidiano possui um lugar de importância em meio aos seres racionais. O pensamento estético torna capaz um caminho de concórdia entre os seres sociais.

Parece então haver, uma relação entre percepção da beleza cotidiana, com os valores sustentados pelos grupos sociais. Quando o ser racional compreende importância da beleza em sua vida, sobretudo nas belezas mínimas do cotidiano, é capaz de ordenar seu ambiente e sentir-se à vontade em seu mundo comum.

2.2.4 Beleza artística, enquanto objeto de gosto

Roger Scruton analisou as formas superiores da beleza, que são exemplificadas pela arte, para assim compreender seu quarto tipo de beleza, enquanto objeto de gosto. Dessa forma, Scruton (2016, p. 107) iniciou sua reflexão escrevendo:

Foi apenas no século XIX, e na esteira das lições de estética de Hegel, publicadas após sua morte, que o tema da arte veio a substituir a beleza natural como objeto principal da estética. Essa mudança fez parte da grande transformação da opinião intelectual que hoje conhecemos como movimento romântico e que colocava os sentimentos do indivíduo, para quem o eu é mais interessante do que o outro e vaguear mais importante que pertencer, no centro de nossa cultura. A arte se tornou a iniciativa pela qual o indivíduo se anunciava ao mundo e recorria aos deuses para se justificar. No entanto, ela se mostrou peculiarmente falível como guardião de nossas aspirações mais elevadas. A arte tomou para si a tocha de beleza, ocorreu com ela por um tempo e acabou deixando-a cair nos mictórios de Paris.

A partir da citação, nota-se o lugar elevado em que a beleza artística obteve dentro da história estética, atingindo diversas dimensões da sociedade e do homem. Ao final, o filósofo cita uma queda nos mictórios de Paris, fazendo referência a famosa obra “A fonte” (1917), de Marcel Duchamp. Na ocasião, o artista possuiu a intenção de realizar uma piada, ao assinar “R. Mutt” em um urinol e expô-lo em uma galeria de Paris. A “inocente brincadeira” de Duchamp, logo tornou-se pauta dentro de uma “indústria intelectual”, com a pergunta: “O que é arte? (SCRUTON, 2016).

A piada deixou para posteridade, resíduos de ceticismo sobre o conceito de arte, afinal, qual o propósito e mérito de se conquistar tal título, se tudo pode ser considerado arte? O que restou então foi a subjetividade do observador, que aceita ou rejeita a obra segundo o seu próprio olhar e critérios. A ideia de objetividade por uma atividade crítica do espírito humano passou a ser desprezada na contemporaneidade, quase que imediatamente (SCRUTON, 2016). A partir da discussão, escreveu Scruton (2016, p. 108):

O raciocínio acima é prontamente adotado porque parece libertar o homem do fardo da cultura, revelando-lhe que cada uma de nossas veneráveis obras primas pode ser ignorada sem nenhuma retaliação, que as novelas televisivas são “tão boas quanto” Shakespeare e que Radiohead é igual a Brahms, visto que uma coisa não pode ser melhor do que a outra e que toda proclamação de valor estético é vazia.

Aquilo que outrora foi considerada uma boa piada (A fonte de Marcel Duchamp) quando contada pela primeira vez, tornou-se uma piada de mau-gosto, segundo Scruton (2016), quando repetida de inúmeras outras formas, como por exemplo, nas caixas de Brillo (Brillo Box, 1964), de Andy Warhol.

Seria possível então, defender a existência de um bom gosto e de um mau gosto? Scruton (2016) defende a ideia que o juízo estético corresponde ao se deve e ao que não se deve gostar, sendo o bom gosto tão importante na estética, como é no humor. Considera que tal pensamento, deve ser uma premissa fundamental nos cursos universitários, pois, caso contrário, haveria o risco dos alunos saírem tão ignorantes como entraram.

Segundo Scruton (2016, p.110): “cada vez mais, os professores de humanidade concordam com seus novos alunos quanto ao fato de não haver distinção entre bom e mau gosto, mas somente entre o seu gosto e o meu”.

Entretanto, caso não haja nem bom gosto e nem mau gosto, qual seria a diferença entre a ocasião em que jovem Mao Tsé-Tung, que irrompeu em gargalhadas (uma das poucas de sua vida), ao presenciar a morte de um equilibrista que caiu de sua corda e morreu, como relata Jung Chang e Jon Halliday (2005), e o mundo de Tartugo, de Miélere, das Bodas de Fígado, de Mozart, do Dom Quixote, de Cervantes, ou do Trsitam Shandy, de Laurence Sterne?

Um mundo onde as pessoas só rissem da desgraça alheia ou só tivessem interesse pelas caixas de Brillo, por urinóis assinados e crucifixos imersos em urina (Piss Cristo, Andrés Serrano, 2015), seria para Scruton (2016) um mundo degenerado ou nas próprias palavras do autor (2016, p.110): “Um mundo em que as aspirações humanas não encontram mais expressão artística, em que não mais fazemos imagens do transcendente para nós mesmos e em que montes de entulho abarrotam o lugar de nossos ideais”.

Para compreender então, a verdadeira beleza artística, é necessário, segundo Scruton (2016), fazer uma distinção entre imaginação e fantasia. Embora as duas refiram-se a irrealidades, a primeira existe em um mundo que lhe é próprio, onde o

sujeito vagueia livremente com um complacente desapego, enquanto a segunda penetra e polui seu mundo.

Basicamente, Scruton (2016) descreve a imaginação como uma faculdade capaz de distanciar o sujeito da obra, levando-o para um mundo representado, onde a convenção, o enquadramento e a coibição são partes do processo. Já a fantasia foca apenas efeito, sem interesse na causa, abstendo-se do estilo e da convenção, sendo desempenhado.

2.2.4.1 Estilo, conteúdo e forma

Diferente da distinção entre bom gosto e mau gosto, Scruton (2016) explicou a diferença entre diferentes estilos, como o meio pelo qual os verdadeiros artistas controlam seu objeto, para que a reação deles seja alçada pelo observador.

Um estilo pode ser semelhante a outros, como em Haydn e Mozart ou único como em Vang Gogh, mas sempre é reconhecível, nunca oculto. Porém só é possível identifica-lo por meio das percepções comparativas. Afirmou Scuton (2016, p.118):

O estilo permite que os artistas aludam a coisas que não expressam, que evoquem comparações que não são explícitas, que coloquem sua obra e seu tema em um contexto que torna qualquer gesto significativo e, assim, alcança aquele tipo de concentração de significado que testemunhamos na Sinfonia para Violoncelo de Britten ou nos Quatro Quartetos de Eliot.

A partir da observação, há uma problemática dentro de estética, que questiona como separar o conteúdo da forma, e caso seja possível, se ele continua relevante ao objeto estético a partir da separação.

Um bom exemplo é “A Cadeira Amarela” (1888), de Van Gogh. O que a torna especial não é o fato de ser apenas uma cadeira, caso assim fosse, uma foto qualquer a substituiria. A obra, sobretudo, revela um mundo através dela, que, nas palavras de Scruton (2016, p. 120): “Trata-se de um convite para observarmos como a vida se propaga das pessoas a todos os seus produtos, como ela irradia até mesmo nos objetos mais simples, de modo que nada está em repouso – tudo é devir”. Para chegar-se a essa compreensão, não bastaria escrever a mensagem em baixo do quadro, pois as palavras são apenas um gesto. O real significa encontra-se vinculado à imagem e é inseparável dela, em sua forma.

As obras artísticas são então significativas, por não serem apenas boas formas, mas atos comunicativos que devem ser compreendidos pelo observador. O conteúdo,

porém, não se resume de forma simplória, sendo reconhecido no plano se sua apresentação.

O crítico Cleanth Brook, denomina “heresia da paráfrase”, sua tese da indissociabilidade da forma e do conteúdo, como explica Ivan Texeira, em “*New Criticism*” (1998, p. 2):

Heresia da paráfrase (*heresy of paraphrase*): como se sabe, paráfrase é a tradução de um texto supostamente difícil em termos simples e prosaicos. O senso comum costuma confundir análise literária com a explicação literal do texto, confiante na ideia de que a decodificação do significado referencial basta para conferir consistência à leitura. [...] Por isso, a boa leitura não será a que souber substituir um paradoxo ou uma ironia por procedimentos essenciais ao repertório do “new criticism” por seqüências unívocas de significado, mas sim a que souber integrar as figuras de linguagem à harmonia totalizante do texto e, ao mesmo tempo, descobrir sua função na geração do significado poético.

Desta maneira, entende-se que o significado de uma obra, está vinculado a sua forma, e toda sua construção, transmite o significado ao qual o autor quis expressar ao optar por determinado estilo.

Scruton (2016, p.127-128), afirma que: “A arte nos comove porque é bela, e parte de sua beleza advém do fato de ela significa algo. Ela pode ser significativa sem ser bela, mas para ser bela precisa ser significativa”. Ao observar em então, por exemplo, o Adágio para Cordas (1936), de Samuel Barber, a beleza encontra-se na expressão grave e singular de sua obra e é preciso compreender essa expressão.

Ainda que arte não se expressa como bela, seu significado, por vezes lúdico, é satisfeito pela beleza. Scruton (2016) faz uma analogia, citando as Cartas sobre a Educação Estética do homem, de Schiller, em que compara a arte como uma espécie de jogo. Há uma brincadeira, com personagens, cenas e ações, nos quais aquele que está de fora é capaz de afastar-se das preocupações práticas do dia a dia, deleitando-se do objeto contemplado por aquilo que ele é como fim em si mesmo e não como meio. Assim descreve Scruton (2016, p. 139):

A arte responde o enigma da existência: ela nos revela por que existimos ao imbuir nossa vida do sentimento de adequação. Na forma mais elevada de beleza, a vida se torna sua própria justificativa, sendo redimida da contingência pela lógica que vincula o fim das coisas a seu começo – tal como testemunhamos no Paraíso Perdido, em Fedra e no Anel do Nibelungo. Exemplificada nessas realizações artísticas supremas, a forma mais elevada de beleza é um dos maiores presentes que a vida pode nos dar. Ela é o verdadeiro fundamento do valor artístico, visto ser isso o que a arte, e apenas a arte, pode nos oferecer.

É possível uma obra abarcar significados morais intensos, porém se ao fazer isso, o artista descer dos pináculos da beleza pura, estará ofendendo a experiência

estética, pois substituiria valores intrínsecos por valores instrumentais. Perder-se-ia então, a pretensão à beleza, para dar lugar à moralização, que destruiria seu verdadeiro valor moral (SCRUTON 2016).

“A arte, afirma Scruton (2016, p. 143), não é moralmente neutra, mas possui uma forma própria de emitir e justificar afirmações morais”. E qual é o seu verdadeiro valor moral e seu modo de emitir e justificar as afirmações? Aquele ligado a capacidade de abrir os olhos do sujeito e de disciplinar suas afinidades pela vida tal qual ela é. Muitas faltas estéticas ligadas à arte são faltas morais, como sentimentalismo, insinceridade, presunção, moralização (SCRUTON 2016).

2.3 GOSTO E ORDEM

Ao falar do gosto pessoal, é comum acreditar que tal esfera nunca alcance o ambiente público, afinal, cada um gosta e ornamenta seu mundo de acordo com si mesmo. Porém em alguns casos reais, a perspectiva pode ser questionada.

Segundo o site G1(2015), em 2013, a milionária Zipporah Lisle-Mainwaring, de 71 anos, após ser negado o seu pedido de demolição a uma de suas casas, no distrito de Kensington em Londres, por parte de uma ação movida por seus vizinhos, que não concordaram com a construção que seria feita no lugar, resolveu vingar-se por meio de uma extravagância estética. Em uma bela manhã, a vizinha despertou em meio a seguinte surpresa: A casa de Zipporah estava completamente pintada de listras brancas e vermelhas, destoando completamente de todas as outras casas da vizinhança. Não demorou muito para que novamente os vizinhos entrassem na justiça pedindo que a pintura fosse removida, pois retirava completamente a harmonia presente no padrão estético daquela rua.

Casos como o citado repetiram-se constantemente durante a história e basta uma simples pesquisa para confirmar este fato. Não é atoa que em diversos momentos históricos, leis rigorosas foram implantadas para manter-se um padrão estético, como descreve Scruton (2016, p.146):

[...] controlando a altura dos edifícios (na Helsinque do século XIX), os materiais a serem usados nas construções (na Paris do século XIX), as telhas empregadas nos telhados (na Provença do século XII) e até mesmo as ameias dos edifícios que dão para as vidas (em Veneza, desde o século XV).

Quando o gosto individual entra em conflito com a harmonia do ambiente que o cerca, deixa de ser um problema do sujeito, migrando para esfera pública. Por essa razão, Scruton (2016) associa o senso de beleza com a ideia de comunhão, tal qual,

torna a vida social possível e relevante. Afinal, qual seria a possibilidade de convivência em uma sociedade sem ordem e o mínimo de consenso entre os indivíduos?

Essa perspectiva perpassa, como já apontando, pelo campo da moda e das belezas cotidianas. A moda nada mais é, que parte da natureza do ser social, que por meio de signos estético, se expressa diante do mundo e afirma sua identidade. Conceitos como decoro e decência fazem parte do senso de beleza e estão associados em igual medida a estética e a moral (SCRUTON, 2016).

Porém como entender este consenso no campo da literatura e da música? É preciso nesse caso, considerar o pensamento crítico, enquanto aquele que almeja a mudança de percepção do outro, caso contrário não pode ser considerado crítico. A criticidade a cerca do juízo de um gosto pessoal, perpassa pela experiência daquele que o emite, porém tal experiência possui significados racionais, que se bem entendidos são capazes de persuadir todos os seres racionais (SCRUTON 2016).

É preciso considerar que o gosto do indivíduo tem suas raízes em uma cultura e está por sua vez não é universal. Entretanto, a variação cultural não anula a existência de universais. Mas como considerar certos universais, vistos que até mesmo os significados de cada um variam conforme o contexto histórico e cultural?

Scruton (2016, p. 154) responde da seguinte forma:

No juízo da beleza, a busca pela objetividade almeja formas válidas e elevadas da experiência humana – formas em que a vida do homem possa florescer segundo sua necessidade interior e alcançar o tipo de fruição que testemunhamos no teto da Capela Sistina, em Parsifal ou em Hamlet. A crítica não tem como objetivo demonstrar que você deve gostar de Hamlet, por exemplo; o que ela deseja é expor a visão da vida humana que a peça encerra, expressar as formas de pertencimento que ela subscreve e persuadi-lo o valor que estas possuem.

O autor defende a impossibilidade de criar-se um padrão de gosto unicamente por meio de regras ou técnicas, levando em conta, sobretudo, a existência de obras que são baseadas na transgressão. Para compreender como buscar os padrões para o juízo da beleza, Scruton (2016) recorre a Hume, afirmando ser critério para o juízo, o próprio juiz e a confiabilidade que se dispensa ao mesmo, considerando fatores como o caráter e virtude, que são vitais para boa condução da vida.

Scruton (2016, p. 158), concluiu seu raciocínio da seguinte forma:

A beleza, portanto, tem raízes tão profundas quanto a bondade. Assim como a virtude, ela também nos fala do contentamento humano: não daquilo que queremos, mas do que devemos querer porque assim a natureza exige.

2.4 A FUGA DA BELEZA

Em virtude do que foi abordado, Scruton (2016) teceu seu último conceito, descrito como “fuga da beleza”, que encerra sua reflexão. Partindo da antiga ideia redentora da beleza, o autor observou que a contemporaneidade cultivou uma postura transgressora, cultuando inclusive o feio e rebaixando o belo. Aquilo que outrora foi considerado um fracasso estético, atualidade destaca como sucesso, e a busca pela beleza foi substituída pela fuga da tarefa criativa de revelar a vida como ela é.

O objetivo da arte então, está no choque causado ao espectador, sendo um meio de conscientização e moralização, a fim de lembra-lo que, o que há de permanente é a mudança incessante da natureza humana. O que foi feito aparentemente esgotou-se e a nova linguagem parece isolar o presente do passado, como uma nova experiência sem relação com o que houve anteriormente (SCRUTON 2016).

Segundo Scruton (2016), o objetivo da arte moderna nunca foi ser “transgressora” e “provocadora”, mas em recuperar a beleza. O movimento se deu como continuação, reformulando as formas e estilos não para repudiar a velha tradição, mas para recuperá-la. A verdadeira arte seria então, a busca pela ortodoxia, a fim de capturar a experiência moderna por meio do cotejo com as certezas de uma tradição viva.

O que se vê na atualidade, porém, não é apenas uma fuga da beleza, mas sua total rejeição. Segundo Scruton (2016, p. 184), “desejam maculá-la em atos de iconoclastia estética”. A beleza é atingida pela dessacralização, sendo afastada do seu lugar necessário que surge a partir da condição metafísica do ser humano livre, que a todo instante busca seu lugar no mundo publico (SCRUTON 2016).

Por essa razão, escreveu (2016. p. 185):

A experiência da beleza também aponta para além deste mundo, na direção de um “reino de finalidades” em que nossos anseios imortais e nosso desejo de perfeição são finalmente respondidos. Como Platão e Kant perceberam, portanto, a inclinação à beleza se aproxima da mentalidade religiosa, nascendo da humilde consciência de que vivemos com imperfeições ao mesmo tempo em que aspiramos a uma unidade suprema com o transcendental.

Levando em consideração este raciocínio, é possível entender lugar da beleza mesmo nas artes que retratam a morte e decadência ou em romances que apontam

para vidas frustradas. Ainda em meio ao caos retratado, que poderia ser até mesmo dito como feio, há ali algo que aponta de certa forma, para a eternidade além do que existe de ruim. Este apontamento reflete a busca por ideias, que nesse processo de transcendência, o sujeito não se aliena, mas encontra sentido e lugar para si.

Por fim, Scruton (2016) aponta que todo este processo de dessacralização macula a experiência da liberdade do ser humano e por essa forma torna-se uma negação do amor. A profanação da beleza é comparável à perspectiva da idolatria, na medida em que afasta-se do essencial em si mesmo, por substitutos, que isolados de sua sacralidade, podem agora mais facilmente serem alvejados.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu pensamento, Scruton (2016) não possuiu o objetivo de exemplificar o conceito de beleza. Seu propósito foi, sobretudo, compreender sua importância e seu lugar e as consequências de viver em mundo onde a beleza está em processo de fuga.

Apesar disso, tudo que foi afirmado pelo autor, levou-o a crer que a experiência da beleza possui fundamentos racionais. Todos os tipos e dimensões da beleza são um convite para o sujeito colocar tal experiência no centro de sua vida. Se assim o fizer, haverá um lugar de refrigério para o indivíduo, no qual não haverá cansaço ou desgaste.

Caso se compreenda isso e ainda sim aceite a beleza enquanto mera preferência subjetiva ou fonte de prazer transitório, o sujeito se torna incapaz de ver que, para ser livre, existe um sentimento certo, uma experiência certa, um prazer certo e uma ação certa.

A verdadeira educação estética, segundo reafirma Scruton (2016), ao citar Schiller, tem o amor à beleza como objetivo. O amor à beleza eleva o sujeito mortal a um “reino de finalidades”, por isso seu aspecto redentor, enquanto a busca por inovação pode estar, de alguma maneira, relacionada com a perda de sentidos e o vazio existencial, tão presentes no mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

GIL, Antônio. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARKONI, Marina. A.; LAKATOS Eva. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SCRUTON, Roger. **Beleza; tradução Hugo Langone**. 5 ed. São Paulo: É realizações Editora, 2013.

BUENO, Silveira. **Grande Dicionário Etimológico Prosódico da Língua Portuguesa**. 7 ed. São Paulo: Global Editora, 2016

SANDEL, Michael. J. **Justiça: O que é fazer a coisa certa?**. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **Filosofia, Antiguidade e Idade Média**. 1. Ed. São Paulo: Paulus, 2017.

UTZ, Konrad; SOARES, Marly. A noiva o Espírito – Natureza em Hegel. **Blogs UFVJM**, 2010. Disponível em:
<http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/naturezaemhegel.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020.

SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à estética**. 14. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2016.

CARVALHO, Jairo. D. **A Beleza como Adequação da Natureza ao Homem: Um estudo sobre a Crítica da Faculdade do Juízo de Kant**. 1997. 241f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerias, Belo Horizonte, 1997. Disponível em:
https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9P2J74/1/dissertacao_jairodiascarvalho.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020.

BURKE, Edmund. **Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo**. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1993.

DELEUZE, Gilles. **A Filosofia Crítica de Kant**. 70. Ed. Lisboa: Edições 70, 1991.

GIROTTI, Marcio. A Crítica de Hegel do Dualismo Sujeito-Objeto de Kant. **Revista Simbio-Logias**, Botucatu, vol. 3, n.4, p. 1-16, junho, 2010. Disponível em:
https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/departamentos/educacao/a_critica_hegel_du_alismo_sujeito.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020.

HALLIDAY, Jon; CHANG, Jung. **MAO: The Unknown Story**. 1. ed. Londres: Editora Schawarcz S.A., 1990.

TEXEIRA, Ivan. New Criticism. **Revista Cult**, São Paulo, p. 34-37, setembro, 1998.
Disponível em: http://www.usp.br/cje/depaula/wp-content/uploads/2017/03/New-Criticism_Ivan-Teixeira-1.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020.